



CLIPPING INTERNET
17/09/2019 ATÉ 17/09/2019



INDÍCE

1	AÇÕES TJMA	
	1.1 BLOG WILLIAN MARINHO.....	1
2	CENTRO JUDICIÁRIO DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS	
	2.1 BLOG MAURICIO SANTOS.....	2
	2.2 SITE JORNAL O ESTADO DO MARANHÃO.....	3
	2.3 SITE SUA CIDADE.....	4
3	DECISÕES	
	3.1 BLOG DOMINGOS COSTA.....	5
	3.2 SITE JORNAL O ESTADO DO MARANHÃO.....	6
4	DESEMBARGADOR	
	4.1 BLOG ATUAL 7.....	7
	4.2 BLOG CELSO ALMEIDA.....	8
	4.3 BLOG DO LINHARES.....	9
	4.4 BLOG JAILSON MENDES.....	10
5	PRESIDÊNCIA	
	5.1 BLOG AMARCOS NOTÍCIAS.....	11
	5.2 BLOG DO MINARD.....	12
6	PROCESSO SELETIVO	
	6.1 BLOG DO OSVALDO MAYA.....	13
7	SERVIDOR PÚBLICO	
	7.1 BLOG ANTÔNIO MARTINS.....	14
	7.2 BLOG DO JURACI FILHO.....	15
	7.3 BLOG DO MINARD.....	16
	7.4 BLOG GILBERTO LEDA.....	17
	7.5 BLOG GLAUCIO ERICEIRA.....	18
	7.6 BLOG JORGE ARAGÃO.....	19
	7.7 BLOG MARRAPÁ.....	20
	7.8 BLOG PAULO ROBERTO.....	21 22
	7.9 BLOG RIQUINHA.....	23
	7.10 BLOG ZECA SOARES.....	24
	7.11 PORTAL DO MUNIM.....	25
	7.12 SITE CENTRAL DE NOTÍCIAS.....	26
	7.13 SITE G1 MARANHÃO.....	27
	7.14 SITE JORNAL O ESTADO DO MARANHÃO.....	28
	7.15 SITE JORNAL PEQUENO.....	29
	7.16 SITE MA 10.....	30
	7.17 SITE MARANHÃO HOJE.....	31
	7.18 SITE OBSERVATÓRIO DOS COCAIS.....	32
	7.19 SITE PORTAL JG.....	33
	7.20 SITE SUA CIDADE.....	34
	7.21 SITE TV GUARÁ.COM.....	35

Des. Joaquim Figueiredo reúne-se com o presidente da Assembleia Legislativa, deputado Othelino Neto

O Presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, desembargador Joaquim Figueiredo, recebeu, nesta segunda-feira (16), a visita do presidente da Assembleia Legislativa do Estado, deputado Othelino Neto.

Num diálogo institucional e cordial, os dois chefes de Poder trataram de assuntos relativos ao Projeto de Lei 018/2019 - de iniciativa do Poder Judiciário do Maranhão - que concede reajuste de 2,94% aos salários dos servidores efetivos e comissionados da Justiça Estadual - e da criação da Vara Agrária no Estado.

REAJUSTE - Desde quando enviou o projeto para apreciação do Legislativo Estadual, o presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, desembargador Joaquim Figueiredo, acompanha pari passu a sua tramitação, pedindo ao presidente da Assembleia, deputado Othelino Neto, e aos parlamentares estaduais, agilidade na votação da matéria.

O presidente do TJMA disse que o projeto que concede reajuste de 2,94% aos salários dos servidores é de grande importância para o Poder Judiciário, por beneficiar diretamente servidores da Justiça Estadual que, segundo ele, merecem ser valorizados pelo esforço e dedicação no desenvolvimento de suas atribuições profissionais.

"Considero justo garantir esse reajuste aos servidores da Justiça Estadual, que têm elevado o papel do Poder Judiciário do Maranhão na sua missão institucional, dando importante suporte nas demandas e garantindo um atendimento de qualidade à sociedade", afirmou o desembargador Joaquim Figueiredo.

Antes de ser encaminhado para votação no plenário da Assembleia Legislativa, o Projeto de Lei 018/2019 foi apreciado e aprovado na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, passando, também, por análise nas comissões técnicas, que reconheceram sua constitucionalidade e importância.

Comunicação Social do TJMA

Servidores do TJ-MA agradecem Pará Figueiredo por apoio à categoria

O deputado Pará Figueiredo (PSL) recebeu os agradecimentos de representantes dos servidores do Tribunal de Justiça do Maranhão, pelo apoio ao Projeto de Lei 018/2019, de iniciativa do Poder Judiciário, que concede reajuste de 2,94% aos salários dos servidores efetivos e comissionados, com efeito retroativo tendo como referência o mês de janeiro deste ano.

Em suas redes sociais, o parlamentar agradeceu aos colegas de plenário e explicou que a proposta só foi possível, graças à retirada de uma emenda que negava aos servidores ativos, comissionados, aposentados e pensionistas do judiciário, com direito a retroativo à dezembro de 2018.

“Gostaria de agradecer a todos os deputados que foram a favor do projeto, em especial ao deputado Rafael Leitoa, que dedicou-se para que conseguíssemos, juntos, realizar esta ação em prol de 6 mil servidores”, destacou.

O líder do PSL na Assembleia também parabenizou os representantes da categoria, Pedro Davi Araújo e Diana Coelho, que levaram o pedido até a sua equipe. “Vocês foram peças fundamentais para a realização dessa conquista que beneficiará tanta gente”, completou.

Suspensa investigação contra Ana do Gás com elementos de busca e apreensão

Desembargador Raimundo Melo diz que errou ao, inicialmente, haver negado liminar à deputada estadual. Ela também é secretária da Mulher do governo Flávio Dino

17/09/2019 08h30min - Atualizado em 17/09/2019 08h30min

YURI ALMEIDA

O desembargador Raimundo Melo, do Tribunal de Justiça do Maranhão, atendeu a pedido da defesa da deputada estadual licenciada Ana do Gás (PCdoB), e determinou, liminarmente, a suspensão imediata de toda e qualquer investigação contra ela que tenha como base elementos de provas obtidas na busca e apreensão na residência da comunista, deflagrada em maio deste ano.

A decisão é da segunda-feira passada, dia 9, mesma data marcada para o depoimento de Ana do Gás para a Assessoria Especial de Investigação na PGJ (Procuradoria-Geral de Justiça), em um procedimento investigatório criminal que apura se ela intermediou a realização de obras públicas sem o regular procedimento licitatório em Santo Antônio dos Lopes, município onde o marido, Eunélio Mendonça, foi prefeito.

“Oficie-se a Procuradoria-Geral de Justiça para que suspenda toda e qualquer investigação contra Ana de Nazaré Pereira Silva Macedo Mendonça que tenha como elementos de prova documentos obtidos através do cumprimento da busca e apreensão determinada no bojo do processo n.º 89/2019, oriundo da Comarca de Santo Antonio dos Lopes”, escreveu o desembargador do TJ-MA.

Na decisão, contrariando a supremacia do interesse público, Raimundo Melo ainda decretou que o processo passe a tramitar sob sigilo de Justiça.

Licenciada da Assembleia Legislativa do Maranhão desde fevereiro, Ana do Gás comanda a Secretaria de Estado da Mulher no governo de Flávio Dino, também do PCdoB. Procurada por e-mail, enviado à SECAP (Secretaria de Estado da Comunicação e Assuntos Políticos), ela não retornou o contato.

Antes da vitória no Judiciário maranhense, Ana do Gás havia tido o pedido de concessão de liminar rejeitado pelo desembargador Raimundo Melo, já que a operação de busca e apreensão autorizada pela Justiça, embora tenha também levado documentos seus suspeitos, teve como alvo seu marido.

Contudo, ao se debruçar novamente sobre o caso em agravo interno, o magistrado entendeu, segundo informa o próprio da decisão, que errou na primeira análise. Ele passou agora a concordar que Ana do Gás possui foro por prerrogativa de função, tendo assim o direito de ser investigada, processada e julgada apenas pela segunda instância da Corte maranhense.

Também que a busca e apreensão de documentos não relacionados ao procedimento investigatório criminal sobre a suposta burla em licitações em Santo Antônio dos Lopes mostram-se ilegais.

“(…) Assim, reconheço como manifesto equívoco, os termos da decisão outrora proferida por esta relatoria, a qual extinguiu a petição inicial sem a resolução do pedido e da causa de pedir”, explicou-se.

“Assim, ante ao exposto, reconheço o error in iudicando da decisão extintiva reformo-a para o só fim de conceder a LIMINAR vindicada por Ana de Nazaré Pereira Silva Macedo Mendonça e determino a suspensão de toda e qualquer investigação que seja originária de elementos de prova obtidos, face a ilegalidade manifesta anteriormente exposta por este relator, através do cumprimento decisão contida no processo n.º 89/2019 originário da Comarca de Santo Antonio dos Lopes, até o julgamento final desta Reclamação Constitucional”, completou.

Desembargador manda suspender investigação contra deputada Ana do Gás

O desembargador Raimundo Melo, do Tribunal de Justiça do Maranhão, atendeu a pedido da defesa da deputada estadual licenciada Ana do Gás (PCdoB), e determinou, liminarmente, a suspensão imediata de toda e qualquer investigação contra ela que tenha como base elementos de provas obtidas na busca e apreensão na residência da comunista, deflagrada em maio deste ano.

A decisão é da segunda-feira passada, dia 9, mesma data marcada para o depoimento de Ana do Gás para a Assessoria Especial de Investigação na PGJ (Procuradoria-Geral de Justiça), em um procedimento investigatório criminal que apura se ela intermediou a realização de obras públicas sem o regular procedimento licitatório em Santo Antônio dos Lopes, município onde o marido, Eunélio Mendonça, foi prefeito.

“Oficie-se a Procuradoria-Geral de Justiça para que suspenda toda e qualquer investigação contra Ana de Nazaré Pereira Silva Macedo Mendonça que tenha como elementos de prova documentos obtidos através do cumprimento da busca e apreensão determinada no bojo do processo n.º 89/2019, oriundo da Comarca de Santo Antonio dos Lopes”, escreveu o desembargador do TJ-MA.

Na decisão, contrariando a supremacia do interesse público, Raimundo Melo ainda decretou que o processo passe a tramitar sob sigilo de Justiça.

Licenciada da Assembleia Legislativa do Maranhão desde fevereiro, Ana do Gás comanda a Secretaria de Estado da Mulher no governo de Flávio Dino, também do PCdoB. Procurada por e-mail, enviado à SECAP (Secretaria de Estado da Comunicação e Assuntos Políticos), ela não retornou o contato.

Antes da vitória no Judiciário maranhense, Ana do Gás havia tido o pedido de concessão de liminar rejeitado pelo desembargador Raimundo Melo, já que a operação de busca e apreensão autorizada pela Justiça, embora tenha também levado documentos seus suspeitos, teve como alvo seu marido.

Contudo, ao se debruçar novamente sobre o caso em agravo interno, o magistrado entendeu, segundo informa o próprio da decisão, que errou na primeira análise. Ele passou agora a concordar que Ana do Gás possui foro por prerrogativa de função, tendo assim o direito de ser investigada, processada e julgada apenas pela segunda instância da Corte maranhense.

Também que a busca e apreensão de documentos não relacionados ao procedimento investigatório criminal sobre a suposta burla em licitações em Santo Antônio dos Lopes mostram-se ilegais.

“(…) Assim, reconheço como manifesto equívoco, os termos da decisão outrora proferida por esta relatoria, a qual extinguiu a petição inicial sem a resolução do pedido e da causa de pedir”, explicou-se.

“Assim, ante ao exposto, reconheço o error in iudicando da decisão extintiva reformo-a para o só fim de conceder a LIMINAR vindicada por Ana de Nazaré Pereira Silva Macedo Mendonça e determino a suspensão de

toda e qualquer investigação que seja originaria de elementos de prova obtidos, face a ilegalidade manifesta anteriormente exposta por este relator, através do cumprimento decisão contida no processo n.º 89/2019 originário da Comarca de Santo Antonio dos Lopes, até o julgamento final desta Reclamação Constitucional”, completou.

Alema concede reajuste de 2,94% aos servidores do Judiciário com efeito retroativo

O desembargador Joaquim Figueiredo disse que os servidores sÃ£o merecedores do reajuste (Foto: Ribamar Pinheiro)A Assembleia Legislativa do Maranhão aprovou, nesta terça-feira (17), o Projeto de Lei 018/2019, de iniciativa do Poder Judiciário, que concede reajuste de 2,94% aos salários dos servidores efetivos e comissionados, com efeito retroativo tendo como referência o mês de janeiro deste ano.

Com a aprovação do Projeto de Lei - que segue agora para sanção do governador Flávio Dino - o presidente do TJMA, desembargador Joaquim Figueiredo, cumpre mais um compromisso de gestão, com a implementação de uma política institucional voltada para a valorização profissional dos servidores.

O desembargador Joaquim Figueiredo acompanhou de perto a tramitação do projeto no Poder Legislativo, fazendo visitas institucionais ao presidente da Assembleia, deputado Othelino Neto, e pedindo agilidade aos parlamentares na votação da matéria.

Ele disse que o projeto que concede reajuste de 2,94% aos salários dos servidores é de grande importância para o Poder Judiciário, por beneficiar diretamente servidores da Justiça Estadual, que merecem ser valorizados pelo esforço e dedicação no desenvolvimento de suas atribuições profissionais.

"Considero justo garantir esse reajuste aos servidores da Justiça, que têm elevado o papel do Poder Judiciário do Maranhão na sua missão institucional, dando importante suporte nas demandas e garantindo um atendimento de qualidade à sociedade", afirmou o presidente do TJMA.

Suspensa investigação contra Ana do Gás com elementos de busca e apreensão

O desembargador Raimundo Melo, do Tribunal de Justiça do Maranhão, atendeu a pedido da defesa da deputada estadual licenciada Ana do Gás (PCdoB), e determinou, liminarmente, a suspensão imediata de toda e qualquer investigação contra ela que tenha como base elementos de provas obtidas na busca e apreensão na residência da comunista, deflagrada em maio deste ano.

A decisão é da segunda-feira passada, dia 9, mesma data marcada para o depoimento de Ana do Gás para a Assessoria Especial de Investigação na PGJ (Procuradoria-Geral de Justiça), em um procedimento investigatório criminal que apura se ela intermediou a realização de obras públicas sem o regular procedimento licitatório em Santo Antônio dos Lopes, município onde o marido, Eunélio Mendonça, foi prefeito.

"Oficie-se a Procuradoria-Geral de Justiça para que suspenda toda e qualquer investigação contra Ana de Nazaré Pereira Silva Macedo Mendonça que tenha como elementos de prova documentos obtidos através do cumprimento da busca e apreensão determinada no bojo do processo n.º 89/2019, oriundo da Comarca de Santo Antonio dos Lopes", escreveu o desembargador do TJ-MA.

Na decisão, contrariando a supremacia do interesse público, Raimundo Melo ainda decretou que o processo passe a tramitar sob sigilo de Justiça.

Licenciada da Assembleia Legislativa do Maranhão desde fevereiro, Ana do Gás comanda a Secretaria de Estado da Mulher no governo de Flávio Dino, também do PCdoB. Procurada por e-mail, enviado à SECAP (Secretaria de Estado da Comunicação e Assuntos Políticos), ela não retornou o contato.

Antes da vitória no Judiciário maranhense, Ana do Gás havia tido o pedido de concessão de liminar rejeitado pelo desembargador Raimundo Melo, já que a operação de busca e apreensão autorizada pela Justiça, embora tenha também levado documentos seus suspeitos, teve como alvo seu marido.

Contudo, ao se debruçar novamente sobre o caso em agravo interno, o magistrado entendeu, segundo informa o próprio da decisão, que errou na primeira análise. Ele passou agora a concordar que Ana do Gás possui foro por prerrogativa de função, tendo assim o direito de ser investigada, processada e julgada apenas pela segunda instância da Corte maranhense.

Também que a busca e apreensão de documentos não relacionados ao procedimento investigatório criminal sobre a suposta burla em licitações em Santo Antônio dos Lopes mostram-se ilegais.

"(?) Assim, reconheço como manifesto equívoco, os termos da decisão outrora proferida por esta relatoria, a qual extinguiu a petição inicial sem a resolução do pedido e da causa de pedir", explicou-se.

"Assim, ante ao exposto, reconheço o error in iudicando da decisão extintiva reformo-a para o só fim de conceder a LIMINAR vindicada por Ana de Nazaré Pereira Silva Macedo Mendonça e determino a suspensão de toda e qualquer investigação que seja originaria de elementos de prova obtidos, face a ilegalidade manifesta anteriormente exposta por este relator, através do cumprimento decisão contida no processo n.º 89/2019 originário da Comarca de Santo Antonio dos Lopes, até o julgamento final desta Reclamação Constitucional", completou.

Joaquim Figueiredo reúne-se com o presidente da Assembleia Legislativa

O Presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, desembargador Joaquim Figueiredo, recebeu, nesta segunda-feira (16), a visita do presidente da Assembleia Legislativa do Estado, deputado Othelino Neto.

Num diálogo institucional e cordial, os dois chefes de Poder trataram de assuntos relativos ao Projeto de Lei 018/2019 - de iniciativa do Poder Judiciário do Maranhão - que concede reajuste de 2,94% aos salários dos servidores efetivos e comissionados da Justiça Estadual - e da criação da Vara Agrária no Estado.

REAJUSTE - Desde quando enviou o projeto para apreciação do Legislativo Estadual, o presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, desembargador Joaquim Figueiredo, acompanha pari passo a sua tramitação, pedindo ao presidente da Assembleia, deputado Othelino Neto, e aos parlamentares estaduais, agilidade na votação da matéria.

O presidente do TJMA disse que o projeto que concede reajuste de 2,94% aos salários dos servidores é de grande importância para o Poder Judiciário, por beneficiar diretamente servidores da Justiça Estadual que, segundo ele, merecem ser valorizados pelo esforço e dedicação no desenvolvimento de suas atribuições profissionais.

“Considero justo garantir esse reajuste aos servidores da Justiça Estadual, que têm elevado o papel do Poder Judiciário do Maranhão na sua missão institucional, dando importante suporte nas demandas e garantindo um atendimento de qualidade à sociedade”, afirmou o desembargador Joaquim Figueiredo.

Antes de ser encaminhado para votação no plenário da Assembleia Legislativa, o Projeto de Lei 018/2019 foi apreciado e aprovado na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, passando, também, por análise nas comissões técnicas, que reconheceram sua constitucionalidade e importância.

Aprovado reajuste retroativo de servidores do TJMA

Um acordo permitiu hoje (17) a aprovação do Projeto de Lei nº 018/2019, que prevê o reajuste de 2,94% nos vencimentos dos servidores do Judiciário do Maranhão.

Após entendimentos entre o Palácio dos Leões e o Tribunal de Justiça, ficou acertado que a reposição será retroativa a janeiro deste ano.

Para isso, o líder do governo na Assembleia Legislativa, deputado Rafael Leitoa (PDT), encaminhou para que o plenário rejeitasse uma emenda de sua autoria que vetaria a retroatividade.

Segundo ele, a Secretaria de Estado do Planejamento (Seplan) emitiu parecer confirmando que o TJ tem recebido repasses mensais suficientes para a implantação do reajuste com efeitos a partir do início do ano.

O desembargador Joaquim Figueiredo acompanhou de perto a tramitação do projeto no Poder Legislativo, fazendo visitas institucionais ao presidente da Assembleia, deputado Othelino Neto, e pedindo agilidades aos parlamentares na votação da matéria.

Ele disse que o projeto que concede reajuste de 2,94% aos salários dos servidores é de grande importância para o Poder Judiciário, por beneficiar diretamente servidores da Justiça Estadual, que merecem ser valorizados pelo esforço e dedicação no desenvolvimento de suas atribuições profissionais.

GILBERTO LEDA

Mega aula concurso TJ-MA no Curso Wellington

Você pediu e o Curso Wellington preparou uma super revisão com um mega aula para os dias 21 e 22 de setembro, próximo final de semana, sábado e domingo.

Para você que é do interior do estado ou mora em São Luís e não teve tempo de fazer uma preparação para o concurso do TJ, o Curso Wellington preparou uma revisão geral com resolução de exercícios de provas anteriores da Fundação Carlos Chagas.

Serão dois dias de total imersão com os melhores professores:

PORTUGUÊS (Redação): Novaes, Marcos Paz e Márcio Borges;
RACIOCÍNIO LÓGICO: Calacio;
INFORMÁTICA: Dutra Jr;
ORGANIZAÇÃO JUDICIÁRIA: Demis e Lisboa; ?HISTÓRIA: Joelson e Getúlio;
GEOGRAFIA: Marcos Mendes e Fernando.
DIAS: 21 e 22 de setembro.

Valor: R\$ 50,00 à vista e R\$ 60,00 parcelado.

Mais informações, Monte Castelo: (98) 3243-8030 - Cohab: (98) 3245-2112

Intensivão ENEM/CFO: Matrículas abertas

Concurso área SAÚDE - EBSEERH: 17 de setembro

Mega aula - Concurso TJ: Dias 21 e 22 de setembro

Revisão Geral - Concurso TJ: De 23 a 28 de setembro

Acordo garante juiz José Gonçalo Filho no TRE-MA

Candidato único até o momento, o juiz José Gonçalo de Sousa Filho deverá ser escolhido nesta quarta-feira (18) pelo Tribunal de Justiça do Maranhão (TJ-MA) como novo membro do Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão (TRE-MA) para o biênio 2019/2020.

Gonçalo é irmão do prefeito de Santa Rita e juiz da 3ª Vara Criminal de São Luís.

Nos bastidores do judiciário o Blog do Domingos Costa apurou que houve um acordo para que não houvesse disputa entre magistrados e, assim, fosse garantida a escolha de José Gonçalo.

Ele irá substituir o também juiz Itaércio Paulino da Silva que ingressou na Corte Eleitoral no dia 19 de setembro de 2019, e portanto, completa seu ciclo nesta quinta-feira (19).

A próxima substituição prevista para o TRE-MA é a do juiz Júlio César Lima Praseres no dia 18 de dezembro que se aproxima.

Aprovado reajuste retroativo de servidores do TJMA

Um acordo permitiu hoje (17) a aprovação do Projeto de Lei nº 018/2019, que prevê o reajuste de 2,94% nos vencimentos dos servidores do Judiciário do Maranhão.

Após entendimentos entre o Palácio dos Leões e o Tribunal de Justiça, ficou acertado que a reposição será retroativa a janeiro deste ano.

Para isso, o líder do governo na Assembleia Legislativa, deputado Rafael Leitoa (PDT), encaminhou para que o plenário rejeitasse uma emenda de sua autoria que vetaria a retroatividade.

Segundo ele, a Secretaria de Estado do Planejamento (Seplan) emitiu parecer confirmando que o TJ tem recebido repasses mensais suficientes para a implantação do reajuste com efeitos a partir do início do ano.

O desembargador Joaquim Figueiredo acompanhou de perto a tramitação do projeto no Poder Legislativo, fazendo visitas institucionais ao presidente da Assembleia, deputado Othelino Neto, e pedindo agilidades aos parlamentares na votação da matéria.

Ele disse que o projeto que concede reajuste de 2,94% aos salários dos servidores é de grande importância para o Poder Judiciário, por beneficiar diretamente servidores da Justiça Estadual, que merecem ser valorizados pelo esforço e dedicação no desenvolvimento de suas atribuições profissionais.

“Considero justo garantir esse reajuste aos servidores da Justiça, que têm elevado o papel do Poder Judiciário do Maranhão na sua missão institucional, dando importante suporte nas demandas e garantindo um atendimento de qualidade à sociedade”, afirmou o presidente do TJMA.

Aprovado projeto que garante reajuste salarial para servidores do Judiciário

A Assembleia Legislativa do Maranhão aprovou, nesta terça-feira (17), o projeto de lei 018/2019, de iniciativa do Poder Judiciário, que concede reajuste de 2,94% aos salários dos servidores efetivos e comissionados, com efeito retroativo tendo como referência o mês de janeiro deste ano.

Com a aprovação do Projeto de Lei - que segue agora para sanção do governador Flávio Dino - o presidente do TJMA, desembargador Joaquim Figueiredo, cumpre mais um compromisso de gestão, com a implementação de uma política institucional voltada para a valorização profissional dos servidores.

O desembargador Joaquim Figueiredo acompanhou de perto a tramitação do projeto no Poder Legislativo, fazendo visitas institucionais ao presidente da Assembleia, deputado Othelino Neto, e pedindo agilidade aos parlamentares na votação da matéria.

Ele disse que o projeto que concede reajuste de 2,94% aos salários dos servidores é de grande importância para o Poder Judiciário, por beneficiar diretamente servidores da Justiça Estadual, que merecem ser valorizados pelo esforço e dedicação no desenvolvimento de suas atribuições profissionais.

“Considero justo garantir esse reajuste aos servidores da Justiça, que têm elevado o papel do Poder Judiciário do Maranhão na sua missão institucional, dando importante suporte nas demandas e garantindo um atendimento de qualidade à sociedade”, afirmou o presidente do TJMA.

Desembargador manda soltar donos da Facitel acusados de fraudar cursos superiores na Baixada Maranhense

O desembargador Jaime Ferreira mandou soltar Giselda dos Santos Gomes e Welflen Silva Matos, donos da Faculdade Associada de Ciências, Teologia e Letras (Facitel), que prestava cursos superiores em vários municípios da Baixada Maranhense e após uma investigação, que culminou em mandados de prisão, foi descoberto que os dois fraudaram cursos superiores.

Os dois tiveram suas prisões decretadas pelo juiz de São João Batista no ano passado. Semanas depois, Welflen teve sua prisão revogada pelo Tribunal de Justiça sob o argumento de que cuida de sua mãe, no dia cinco deste mês, Giselda e ele se apresentaram na delegacia de Pindaré Mirim, a pedido do juiz daquela cidade, Thadeu de Melo Alves, onde os dois tiveram suas prisões preventivas decretadas.

No habeas corpus, deferido pelo desembargador, há a informação de que Giselda e Welflen foram acusados por oferecer cursos superiores na cidade de São João Batista, sem a devida autorização ou habilitação dos órgãos competentes e que eles coordenavam o Instituto Internacional de Educação (IEE), mas ela informou que era apenas professora da instituição e os advogados acrescentaram que sua prisão é injusta, 'pois possui residência fixa, possui trabalho lícito e ré primária, além de ter contribuído contundentemente com as investigações'. Na decisão, o magistrado entendeu que isso é o suficiente para mandar solta-los e deixar que eles respondam em liberdade o processo.

“Ressalte-se, ainda, que não há impedimento à concessão da liberdade provisória, porquanto, ao que se verifica dos autos, as condições pessoais da paciente lhe são favoráveis (servidora pública e residência fixa), preenchendo, de conseguinte, os requisitos tanto de ordem objetiva quanto subjetiva, fazendo, portanto, jus à concessão desse benefício. Dessa forma, deve ser garantido à paciente o direito de aguardar em liberdade o curso da ação penal, se por outro motivo não estiver presa, ressalvada a possibilidade de haver nova decretação de prisão, caso se apresente motivo concreto para tanto”, disse.

Por fim, ele deferiu o pedido liminar e substituiu a prisão preventiva por medidas cautelares, mediante termo de comparecimento a todos os atos processuais, sob pena de revogação do benefício, o qual deverá ser lavrado no juízo de origem. A decisão foi assinada no último dia 14 deste mês e pode ser acessada, na íntegra, pelo número 0808210-90.20198.10.0000.

Vejam todas as informações sobre o caso

Após recuo, é aprovado na AL reajuste dos servidores do Judiciário

Nesta terça-feira, o plenário da Assembleia Legislativa do Maranhão aprovou o Projeto de Lei 018/2019, de iniciativa do Poder Judiciário, que concede reajuste de 2,94% aos salários dos servidores efetivos e comissionados do Poder Judiciário.

Entretanto, a aprovação só foi possível após o recuo por parte do Governo Flávio Dino, afinal o Líder do Governo na AL, deputado Rafael Leitoa (PDT) havia apresentado uma emenda onde o reajuste só seria efetivado após a aprovação do projeto, ou seja, não seria retroativo, como era o desejo dos servidores.

Só que o SINDJUS (Sindicato dos Servidores do Judiciário) e a Oposição na Assembleia Legislativa, composta basicamente pelos deputados Adriano Sarney (PV), César Pires (PV) e Wellington do Curso (PSDB), não aceitaram a emenda apresentada e conseguiram, após o recuo do Governo Flávio Dino, a aprovação do reajuste e com a retroatividade.

O próprio Líder do Governo, Rafael Leitoa, pediu para que sua emenda fosse derrubada, o que aconteceu por unanimidade.

A aprovação do projeto também se deu em regime de urgência, após solicitação do deputado Adriano Sarney, e com o voto favorável de todos os parlamentares que estavam presentes.

Assembleia Legislativa aprova projeto que reajusta salários dos servidores do TJMA

Com voto unânime dos deputados, o plenário da Assembleia Legislativa aprovou, na sessão desta terça-feira (17), em primeiro e segundo turnos, o Projeto de Lei 018/2019, de autoria do Poder Judiciário, que reajusta em 2,94% os vencimentos dos servidores do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão (TJMA).]

Encaminhado ao Poder Legislativo, por meio da Mensagem 01/2019, assinada pelo presidente do TJMA, José Joaquim Figueiredo dos Anjos, o projeto altera a tabela de vencimentos dos cargos efetivos do quadro de pessoal do Poder Judiciário do Maranhão constante do Anexo IV da Lei 8.715, de 19 de novembro de 2007, bem como dos cargos em comissão e das funções gratificadas do Poder Judiciário do Maranhão constantes dos Anexos I e II da Lei 8.727, de 7 de dezembro de 2007.

O presidente da Assembleia Legislativa, deputado Othelino Neto (PCdoB), destacou a importância do projeto, a ser encaminhado à sanção governamental. “A aprovação é fruto de muito diálogo e entendimento entre os Poderes. Antes, o teor da matéria foi debatido várias vezes pelos deputados, Tribunal de Justiça e Secretaria de Planejamento e Orçamento do Estado, pois vivemos um momento de grandes limitações financeiras.”, afirmou Othelino Neto.

Ele acrescentou que foram realizadas várias rodadas de reunião e chegou a se reunir com o presidente do Tribunal de Justiça, desembargador José Joaquim Figueiredo dos Anjos, para tratar dos últimos detalhes necessários à apreciação do projeto.

Defensoria ganha espaço nas novas instalações do 1º Cejusc, no Fórum Sarney Costa

O defensor público-geral do Estado, Alberto Pessoa Bastos, participou da sessão solene de inauguração das novas instalações do 1º Centro Judiciário de Solução de Conflitos (Cejusc), localizado no piso térreo do Fórum de São Luís (Calhau), nesta segunda-feira, dia 16.

O Cejusc disponibiliza serviços jurídicos, de informação e orientação aos cidadãos, incentivando a solução de demandas por meio da conciliação e da mediação. No local, podem ser solucionadas questões como divórcio, investigação e/ou reconhecimento de paternidade, DNA, pensão alimentícia, regulamentação de guarda, dissolução de união estável e partilha de bens, entre outros.

O novo Centro Judiciário conta com uma sala destinada ao atendimento da Defensoria Pública do Estado. Para o defensor-geral Alberto Bastos, a entrega do novo espaço contribuirá para o fortalecimento da solução extrajudicial de conflitos na capital. “Um dos nossos objetivos principais na Defensoria é fazer com que o assistido tenha acesso a direitos da maneira mais rápida e mais eficiente e o instrumento para isso é a conciliação. Então, com esta nova estrutura, tendemos a potencializar essa ferramenta”, destacou.

O coordenador do Nupemec, juiz Alexandre Abreu, enfatizou a importância da presença da Defensoria Pública no espaço. “A DPE legitima todo esse trabalho executado pelo Cejusc porque é uma instituição extremamente reconhecida pela sociedade e que poderá prestar diversos esclarecimentos e informações aos cidadãos que buscarem atendimento”, disse.

Ainda durante a solenidade, foi assinado termo de cooperação técnica entre o Poder Judiciário do Maranhão e a Cemar, por meio do programa “Empresa Amiga da Justiça” – que incentiva ações conjuntas voltadas para a conciliação.

A inauguração foi conduzida pelo presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), desembargador Joaquim Figueiredo, e também contou com a presença de outras autoridades como o corregedor-geral da Justiça, desembargador Marcelo Carvalho Silva; o vice-presidente do TJMA, desembargador Lourival Serejo; o presidente do Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos (Nupemec) do TJMA, desembargador José Luiz Almeida; e a diretora do Fórum, juíza Diva Maria de Barros Mendes.

Assembleia Legislativa vota reajuste de 2,94% para servidores do judiciário nesta terça (17)

Publicado em setembro 17, 2019 por Paulo Roberto

O Projeto de Lei (PL) 018/2019, que prevê o reajuste de 2,94% nos vencimentos para servidores do Poder Judiciário do Maranhão, está previsto para ser votado na Sessão Plenária da Assembleia Legislativa desta terça-feira (17). Durante a Sessão Plenária desta segunda (16), o presidente da Casa Legislativa, deputado Othelino Neto (PCdoB), determinou a inclusão do PL 018 na Ordem do Dia para amanhã, quando também será apreciado o pedido de autoria do deputado Adriano Sarney (PV) de urgência na votação do reajuste.

A inclusão do PL 018/2019 foi feita a pedido do líder do Governo na Assembleia Legislativa, deputado Rafael Leitoa (PDT) que, minutos antes de seguir para o Plenário, estava reunido em seu gabinete com o vice-presidente do Sindjus-MA, George Ferreira; o secretário-geral, Márcio Luís Andrade; o diretor Financeiro, Fagner Damasceno, e o secretário de Esportes do Sindicato, Marcos Gilson Araújo.

Durante a reunião, Leitoa informou que pediria, e assim o fez, a inclusão do PL 018 na ordem do dia para sessão desta terça e também que pediria destaque para a votação de emenda de sua própria autoria a qual retira os efeitos retroativos do reajuste. Contudo, o deputado garantiu que também pedirá a rejeição dessa emenda em razão de parecer da Secretaria de Estado do Planejamento (SEPLAN) que confirmou que o Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) vem recebendo repasses mensais suficientes para a implantação do reajuste com efeito retroativo a dezembro de 2018, na forma como estava previsto no orçamento para 2019.

Aprovado aumento de salários para Servidores do Judiciário

A Assembleia Legislativa do Maranhão aprovou, nesta terça-feira (17), o Projeto de Lei 018/2019, de iniciativa do Poder Judiciário, que concede reajuste de 2,94% aos salários dos servidores efetivos e comissionados, com efeito retroativo tendo como referência o mês de janeiro deste ano.

Com a aprovação do Projeto de Lei - que segue agora para sanção do governador Flávio Dino - o presidente do TJMA, desembargador Joaquim Figueiredo, cumpre mais um compromisso de gestão, com a implementação de uma política institucional voltada para a valorização profissional dos servidores.

O desembargador Joaquim Figueiredo acompanhou de perto a tramitação do projeto no Poder Legislativo, fazendo visitas institucionais ao presidente da Assembleia, deputado Othelino Neto, e pedindo agilidade aos parlamentares na votação da matéria.

Ele disse que o projeto que concede reajuste de 2,94% aos salários dos servidores é de grande importância para o Poder Judiciário, por beneficiar diretamente servidores da Justiça Estadual, que merecem ser valorizados pelo esforço e dedicação no desenvolvimento de suas atribuições profissionais.

“Considero justo garantir esse reajuste aos servidores da Justiça, que têm elevado o papel do Poder Judiciário do Maranhão na sua missão institucional, dando importante suporte nas demandas e garantindo um atendimento de qualidade à sociedade”, afirmou o presidente do TJMA.

Assembleia Legislativa aprova projeto que reajusta salários dos servidores do TJMA

Com voto unânime dos deputados, o plenário da Assembleia Legislativa aprovou, na sessão desta terça-feira (17), em primeiro e segundo turnos, o Projeto de Lei 018/2019, de autoria do Poder Judiciário, que reajusta em 2,94% os vencimentos dos servidores do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão (TJMA).

Encaminhado ao Poder Legislativo, por meio da Mensagem 01/2019, assinada pelo presidente do TJMA, José Joaquim Figueiredo dos Anjos, o projeto altera a tabela de vencimentos dos cargos efetivos do quadro de pessoal do Poder Judiciário do Maranhão constante do Anexo IV da Lei 8.715, de 19 de novembro de 2007, bem como dos cargos em comissão e das funções gratificadas do Poder Judiciário do Maranhão constantes dos Anexos I e II da Lei 8.727, de 7 de dezembro de 2007.

O presidente da Assembleia Legislativa, deputado Othelino Neto (PCdoB), destacou a importância do projeto, a ser encaminhado à sanção governamental. "A aprovação é fruto de muito diálogo e entendimento entre os Poderes. Antes, o teor da matéria foi debatido várias vezes pelos deputados, Tribunal de Justiça e Secretaria de Planejamento e Orçamento do Estado, pois vivemos um momento de grandes limitações financeiras.", afirmou Othelino Neto.

Ele acrescentou que foram realizadas várias rodadas de reunião e chegou a se reunir com o presidente do Tribunal de Justiça, desembargador José Joaquim Figueiredo dos Anjos, para tratar dos últimos detalhes necessários à apreciação do projeto.

Othelino fez questão de fazer o registro da dedicação do líder do Governo, deputado Rafael Leitoa (PDT), na discussão ampla da matéria. Ele esclareceu que, em um determinado momento, o deputado Rafael Leitoa apresentou uma emenda porque, de fato, havia dúvida quanto à disponibilidade orçamentária e financeira do TJ. Esclarecida a dúvida, o deputado Rafael Leitoa sugeriu ao Plenário a rejeição de sua emenda, para a aprovação do projeto de lei, na sua forma original.

"Portanto, foram muitas rodadas, até que nós pudéssemos chegar a esse entendimento. E essa é a forma realmente de conduzir a análise de projetos de lei oriundos de um outro Poder. No caso do Poder Judiciário, nosso objetivo sempre foi o de atender à solicitação do Poder Judiciário no que diz respeito ao reajuste dos seus servidores, mas precisava que nós fizéssemos isso com a devida segurança, em razão da sensibilidade do momento que vivemos", afirmou o presidente da Assembleia Legislativa.

O deputado Adriano (PV) foi autor de requerimento com pedido de urgência para que o projeto fosse aprovado logo, em dois turnos, na sessão desta terça-feira. "Agradeço a aprovação do nosso requerimento de urgência, porque é importante assegurar esse ajuste salarial para todos aqueles guerreiros e guerreiras que trabalham no Tribunal de Justiça e que fazem do nosso estado um Maranhão melhor e mais justo", discursou Adriano.

Emenda rejeitada

O líder do Governo, deputado Rafael Leitoa (PDT), declinou de uma emenda de sua autoria, que alterava o Artigo 5º do projeto de lei e retirava dos servidores o direito de receber os valores retroativos a 1º de dezembro de 2018, quando o reajuste deveria ter sido implementado.

Ele explicou que, devido às dúvidas suscitadas com relação à viabilidade financeira para cumprir o reajuste dos 2,94% com efeitos retroativos, o teor do PL 018/2019 foi encaminhado para a Secretaria de Estado do Planejamento e Orçamento (Seplan), para analisar a disponibilidade de recursos assegurados pelo TJMA para pagamento do reajuste com os devidos retroativos.

O deputado Rafael Leitoa disse que declinou de sua emenda ao projeto original do TJMA porque a Seplan fez análise técnica da viabilidade financeira do projeto para suprir o reajuste como originalmente proposto (com o pagamento integral dos retroativos).

Segundo o deputado Rafael Leitoa, chegaram à Seplan as informações de que o Governo do Estado tem capacidade financeira para suportar o reajuste com vigência a partir de dezembro de 2018. Como já estava na Ordem do Dia, a emenda de Rafael Leitoa, colocada em votação, foi rejeitada pelo plenário.

Durante a apreciação da matéria, também proferiram discursos, defendendo a aprovação do projeto os deputados Wellington do Curso (PSDB), Pará Figueiredo (PSL), Glalbert Cutrim (PDT), Neto Evangelista (DEM), Dr. Yglésio (PDT), Zé Inácio (PT), Duarte Jr (PCdoB) e Daniella Tema (DEM).

O post Assembleia Legislativa aprova projeto que reajusta salários dos servidores do TJMA apareceu primeiro em Blog da Riquinha.

Cemar é a primeira empresa maranhense a aderir ao programa “Empresa Amiga da Justiça” do Tribunal de Justiça do Maranhão

Acontece nesta segunda-feira, dia 16, às 10h, no Fórum Desembargador Sarney Costa, a assinatura do acordo entre Cemar e TJMA que marca a adesão da Companhia ao programa “Empresa Amiga da Justiça”. O programa tem a finalidade de buscar soluções em conjunto com as organizações participantes para diminuir o número de ações judiciais.

A Cemar, empresa do Grupo Equatorial Energia, é a primeira empresa maranhense a aderir ao programa “Empresa Amiga da Justiça” do Tribunal de Justiça do Maranhão. Com a assinatura do acordo, a Companhia se compromete realizar ações a fim de reduzir a quantidade de processos que chegam aos tribunais maranhenses nos próximos 12 meses.

A Cemar aderiu voluntariamente ao Termo de Compromisso Público com o TJMA, se comprometendo a:

1. Promover a criação e manter em funcionamento canais de atendimento aos clientes e usuários com capacidade resolutiva de demandas de relação de consumo;
2. Realizar investimento para minimizar o surgimento de conflitos;
3. Desenvolver campanhas destinadas a facilitar da renegociação de dívidas e
4. Implementar ações que aumentem o número de acordos processuais e pré-processuais.

Na oportunidade, também ocorrerá o lançamento do novo espaço do CEJUSC - Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania, que contará com um guichê fixo da Cemar para atender às solicitações dos clientes.

Assembleia aprova reajuste de 2,94% no Judiciário

A Assembleia Legislativa do Maranhão aprovou, nesta terça-feira (17), o Projeto de Lei 018/2019, de iniciativa do Poder Judiciário, que concede reajuste de 2,94% aos salários dos servidores efetivos e comissionados, com efeito retroativo tendo como referência o mês de janeiro deste ano.

Com a aprovação do Projeto de Lei - que segue agora para sanção do governador Flávio Dino - o presidente do TJMA, desembargador Joaquim Figueiredo, cumpre mais um compromisso de gestão, com a implementação de uma política institucional voltada para a valorização profissional dos servidores.

O desembargador Joaquim Figueiredo acompanhou de perto a tramitação do projeto no Poder Legislativo, fazendo visitas institucionais ao presidente da Assembleia, deputado Othelino Neto, e pedindo agilidade aos parlamentares na votação da matéria.

Ele disse que o projeto que concede reajuste de 2,94% aos salários dos servidores é de grande importância para o Poder Judiciário, por beneficiar diretamente servidores da Justiça Estadual, que merecem ser valorizados pelo esforço e dedicação no desenvolvimento de suas atribuições profissionais.

"Considero justo garantir esse reajuste aos servidores da Justiça, que têm elevado o papel do Poder Judiciário do Maranhão na sua missão institucional, dando importante suporte nas demandas e garantindo um atendimento de qualidade à sociedade", afirmou o presidente do TJMA.

Foto: Agência Assembleia

Assembleia aprova reajuste de 2,94% nos salários de servidores do Poder Judiciário

MARANHÃO - A Assembleia Legislativa do Maranhão (Alema) aprovou nesta terça-feira (17) o projeto de Lei 018/2019 que concede reajuste de 2,94% nos salários de servidores efetivos e comissionados do Poder Judiciário do estado.

O projeto segue para sanção do governador do Maranhão, Flávio Dino (PCdoB). Segundo o projeto, o reajuste dos servidores tem como efeito retroativo como referência o mês de janeiro deste ano.

De acordo com o desembargador Joaquim Figueiredo, presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) a aprovação do projeto contribui para a valorização dos servidores da Justiça do Estado que se dedicam no desenvolvimento de suas atividades profissionais.

“Considero justo garantir esse reajuste aos servidores da Justiça, que têm elevado o papel do Poder Judiciário do Maranhão na sua missão institucional, dando importante suporte nas demandas e garantindo um atendimento de qualidade à sociedade”, afirmou o presidente do TJMA.

Assembleia aprova reajuste de 2,94% nos salários de servidores do Poder Judiciário

Projeto de Lei foi aprovado nesta terça-feira (17) e segue para sanção do governador do Estado.

A Assembleia Legislativa do Maranhão (Alema) aprovou nesta terça-feira (17) o projeto de Lei 018/2019 que concede reajuste de 2,94% nos salários de servidores efetivos e comissionados do Poder Judiciário do estado.

O projeto segue para sanção do governador do Maranhão, Flávio Dino (PCdoB). Segundo o projeto, o reajuste dos servidores tem como efeito retroativo como referência o mês de janeiro deste ano.

De acordo com o desembargador Joaquim Figueiredo, presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) a aprovação do projeto contribui para a valorização dos servidores da Justiça do Estado que se dedicam no desenvolvimento de suas atividades profissionais.

“Considero justo garantir esse reajuste aos servidores da Justiça, que têm elevado o papel do Poder Judiciário do Maranhão na sua missão institucional, dando importante suporte nas demandas e garantindo um atendimento de qualidade à sociedade”, afirmou o presidente do TJMA.

Com informações do TJMA

Assembleia aprova reajuste de 2,94% nos salários de servidores do Poder Judiciário

Projeto de Lei foi aprovado nesta terça-feira (17) e segue para sanção do governador do Estado.
Por G1 MA — São Luís, MA

A Assembleia Legislativa do Maranhão (Alema) aprovou nesta terça-feira (17) o projeto de Lei 018/2019 que concede reajuste de 2,94% nos salários de servidores efetivos e comissionados do Poder Judiciário do estado.

O projeto segue para sanção do governador do Maranhão, Flávio Dino (PCdoB). Segundo o projeto, o reajuste dos servidores tem como efeito retroativo como referência o mês de janeiro deste ano.

De acordo com o desembargador Joaquim Figueiredo, presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) a aprovação do projeto contribui para a valorização dos servidores da Justiça do Estado que se dedicam no desenvolvimento de suas atividades profissionais.

“Considero justo garantir esse reajuste aos servidores da Justiça, que têm elevado o papel do Poder Judiciário do Maranhão na sua missão institucional, dando importante suporte nas demandas e garantindo um atendimento de qualidade à sociedade”, afirmou o presidente do TJMA.

TJMA inaugura novas instalações do 1º Centro de Solução de Conflitos

De acordo com o Tribunal de Justiça do Maranhão, unidade disponibiliza serviços jurídicos, de informação e orientação aos cidadãos, incentivando a solução de demandas por meio da conciliação e da mediação

17/09/2019

TJMA inaugura novas instalações do 1º Centro de Solução de Conflitos

SÃO LUÍS - O presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, desembargador Joaquim Figueiredo, inaugurou, ontem, 16, as novas instalações do 1º Centro Judiciário de Conciliação, instalado no piso térreo do Fórum de São Luís (Calhau). A unidade disponibiliza serviços jurídicos, de informação e orientação aos cidadãos, incentivando a solução de demandas por meio da conciliação e da mediação.

Na oportunidade, o presidente do TJMA, desembargador Joaquim Figueiredo, reafirmou o compromisso de gestão de priorizar os projetos voltados para sociedade, dentre eles, os implementados pelo Núcleo de Solução de Conflitos.

“Levar a justiça mais próxima do cidadão é um dos compromissos prioritários assumidos em nossa gestão. Afinal, aquele que nos paga é quem tem que nos cobrar. Hoje, vejo esse sonho se concretizando com o apoio de toda a Mesa Diretora do Tribunal, dos desembargadores, coordenadores, dos parceiros da Justiça”, pontuou.

Prestigiaram a solenidade o corregedor-geral da Justiça, desembargador Marcelo Carvalho Silva; o vice-presidente do TJMA, desembargador Lourival Serejo; a diretora do Fórum, juíza Diva Maria de Barros Mendes; e o promotor de Justiça Paulo Pereira dos Santos (Promotoria do Consumidor), representando o procurador-geral de Justiça, Luiz Gonzaga Martins.

Estrutura

Com as novas instalações, o Núcleo vai oferecer mais conforto e comodidade à sociedade. Além de sete amplas salas de conciliação, banheiros (adaptados para pessoas com deficiência), copa e recepção, o órgão recebeu investimentos na área de tecnologia, possibilitando a solução de conflitos com o auxílio de serviços de videoconferência, hotline e plataforma digital, além de outros serviços agregados (Expressinho da Cemar, Conciliação do Procon e Defensoria do Consumidor).

O presidente do Núcleo, desembargador José Luiz Almeida, ressaltou que a inauguração das novas instalações representa um marco histórico na Justiça do Maranhão, ao oferecer ambientes e serviços mais dignos à população. “Hoje, prestamos um tributo ao cidadão maranhense, ao consumidor de nossos serviços, que merece receber tratamento e ambiente digno, em nossas instalações. Hoje também é dia de agradecer o apoio incondicional oferecido pela atual gestão do Tribunal, que tem priorizado os projetos sociais da Justiça, inclusive a conciliação”, frisou.

O coordenador do Núcleo de Solução de Conflitos, juiz Alexandre Abreu, enfatizou a importância da nova estrutura oferecida à população, inclusive como experiência modelo, agradecendo o apoio de todos os parceiros do órgão, empresas e instituições. “Estamos inaugurando um espaço-modelo para os centros de conciliação do Maranhão e de todo o Brasil, tanto pela estrutura disponibilizada quanto pela diversidade de serviços oferecidos à população. O Judiciário está dando mais passo em direção à cidadania”, pontuou o magistrado.

Dados

Durante o evento, o desembargador José Luiz Almeida divulgou dados referentes ao trabalho promovido pela equipe do 1º Cejusc. Só neste ano, já foram realizadas cerca de duas mil audiências, das quais 900 resultaram em acordo. Segundo ele, os dados evidenciam a importância e o alcance social da conciliação, que tem recebido cada vez mais o apoio de parceiros e da população.

Parceria

Diversos representantes de órgãos parceiros da Justiça compareceram à solenidade de inauguração do novo espaço do Centro de Solução de Conflitos. O defensor público-geral, Alberto Bastos, parabenizou o Judiciário pelas novas instalações do Cejusc e enfatizou a importância do trabalho conjunto realizado em benefício da população.

“É mais uma conquista do Tribunal de Justiça, que está oferecendo melhores condições à população. Acreditamos ser esse o melhor caminho, que permite o acesso das pessoas aos seus direitos, de forma ágil. A Defensoria tem o Tribunal como grande parceiro e quem ganha com tudo isso é o cidadão”, enfatizou.

Cooperação

Durante o evento, foi assinado termo de cooperação técnica entre o Poder Judiciário do Maranhão e a Cemar, por meio do programa “Empresa Amiga da Justiça” - que incentiva ações conjuntas voltadas para a conciliação.

No ato de assinatura, o presidente da Companhia Energética do Maranhão (Grupo Equatorial Energia), Augusto Dantas, reafirmou a relevância da parceria firmada em prol dos cidadãos. “Nosso grupo está presente em quatro estados: Pará, Maranhão, Piauí e Alagoas. E o Maranhão, novamente, sai na frente na tentativa de solucionar de forma mais célere as questões dos clientes, por meio de importantes parcerias”, ressaltou.

Autoridades

Prestigiaram também a solenidade o assessor jurídico da Cemar, Davi Abdalla Pires Leal; o presidente da Câmara de Mediação e Arbitragem Empresarial do Maranhão (CBMAE-MA), Ivaldo Prado; o membro da Comissão de Direitos da OAB/MA, Rosinaldo Mendes; a presidente do Procon/MA, Adaltina Queiroga; além de juízes, servidores do Centro de Conciliação, servidores da Justiça e cidadãos presentes.

TJ escolhe amanhã novo membro do TRE/MA

Escolhido deverá ser o juiz José Gonçalo de Sousa Filho, da 3ª Vara Criminal de São Luís, que até o momento, é candidato único concorrendo a indicação para a Corte Eleitoral
GILBERTO LÉDA/DA EDITORIA DE POLÍTICA

O juiz José Gonçalo de Sousa Filho, titular da 3ª Vara Criminal de São Luís, deve ser eleito novo membro do Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão (TRE-MA). Até agora, ele figura como candidato único, em eleição marcada para amanhã, 18, no Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA).

A escolha do novo membro da Corte Eleitoral decorre do fim do biênio do juiz Itaércio Paulino, anunciada na sessão de segunda-feira, 16, pelo presidente do TRE, desembargador Cleones Cunha.

José Gonçalo é irmão do atual prefeito de Santa Rita, Hilton Gonçalo (sem partido).

Assembleia Legislativa garante reajuste de servidores do Poder Judiciário

Deputados aprovaram nesta terça-feira, 17, projeto de lei do Poder Judiciário que garantiu 2,94% nos salários dos servidores públicos da Justiça

A Assembleia Legislativa do Maranhão aprovou, nesta terça-feira, 17, o Projeto de Lei 018/2019, de iniciativa do Poder Judiciário, que concede reajuste de 2,94% aos salários dos servidores efetivos e comissionados, com efeito retroativo tendo como referência o mês de janeiro deste ano.

Com a aprovação do Projeto de Lei - que segue agora para sanção do governador Flávio Dino (PCdoB) - o presidente do TJMA, desembargador José Joaquim Figueiredo, cumpre mais um compromisso de gestão, com a implementação de uma política institucional voltada para a valorização profissional dos servidores.

O desembargador Joaquim Figueiredo acompanhou de perto a tramitação do projeto no Poder Legislativo, fazendo visitas institucionais ao presidente da Assembleia, deputado Othelino Neto (PCdoB), e pedindo agilidade aos parlamentares na votação da matéria.

Ele disse que o projeto que concede reajuste de 2,94% aos salários dos servidores é de grande importância para o Poder Judiciário, por beneficiar diretamente servidores da Justiça Estadual, que merecem ser valorizados pelo esforço e dedicação no desenvolvimento de suas atribuições profissionais.

“Considero justo garantir esse reajuste aos servidores da Justiça, que têm elevado o papel do Poder Judiciário do Maranhão na sua missão institucional, dando importante suporte nas demandas e garantindo um atendimento de qualidade à sociedade”, afirmou o presidente do TJMA.

Assembleia Legislativa aprova reajuste no salários dos servidores do TJMA

O projeto altera a tabela de vencimentos dos cargos efetivos do quadro de pessoal do Poder Judiciário do Maranhão

Fonte: Agência Assembleia

Com voto unânime dos deputados, o plenário da Assembleia Legislativa aprovou, na sessão desta terça-feira (17), em primeiro e segundo turnos, o Projeto de Lei 018/2019, de autoria do Poder Judiciário, que reajusta em 2,94% os vencimentos dos servidores do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão (TJMA).

Encaminhado ao Poder Legislativo, por meio da Mensagem 01/2019, assinada pelo presidente do TJMA, José Joaquim Figueiredo dos Anjos, o projeto altera a tabela de vencimentos dos cargos efetivos do quadro de pessoal do Poder Judiciário do Maranhão constante do Anexo IV da Lei 8.715, de 19 de novembro de 2007, bem como dos cargos em comissão e das funções gratificadas do Poder Judiciário do Maranhão constantes dos Anexos I e II da Lei 8.727, de 7 de dezembro de 2007.

O presidente da Assembleia Legislativa, deputado Othelino Neto (PCdoB), destacou a importância do projeto, a ser encaminhado à sanção governamental. “A aprovação é fruto de muito diálogo e entendimento entre os Poderes. Antes, o teor da matéria foi debatido várias vezes pelos deputados, Tribunal de Justiça e Secretaria de Planejamento e Orçamento do Estado, pois vivemos um momento de grandes limitações financeiras.”, afirmou Othelino Neto.

Ele acrescentou que foram realizadas várias rodadas de reunião e chegou a se reunir com o presidente do Tribunal de Justiça, desembargador José Joaquim Figueiredo dos Anjos, para tratar dos últimos detalhes necessários à apreciação do projeto.

Othelino fez questão de fazer o registro da dedicação do líder do Governo, deputado Rafael Leitoa (PDT), na discussão ampla da matéria. Ele esclareceu que, em um determinado momento, o deputado Rafael Leitoa apresentou uma emenda porque, de fato, havia dúvida quanto à disponibilidade orçamentária e financeira do TJ. Esclarecida a dúvida, o deputado Rafael Leitoa sugeriu ao Plenário a rejeição de sua emenda, para a aprovação do projeto de lei, na sua forma original.

“Portanto, foram muitas rodadas, até que nós pudéssemos chegar a esse entendimento. E essa é a forma realmente de conduzir a análise de projetos de lei oriundos de um outro Poder. No caso do Poder Judiciário, nosso objetivo sempre foi o de atender à solicitação do Poder Judiciário no que diz respeito ao reajuste dos seus servidores, mas precisava que nós fizéssemos isso com a devida segurança, em razão da sensibilidade do momento que vivemos”, afirmou o presidente da Assembleia Legislativa.

O deputado Adriano (PV) foi autor de requerimento com pedido de urgência para que o projeto fosse aprovado logo, em dois turnos, na sessão desta terça-feira. “Agradeço a aprovação do nosso requerimento de urgência, porque é importante assegurar esse ajuste salarial para todos aqueles guerreiros e guerreiras que trabalham no Tribunal de Justiça e que fazem do nosso estado um Maranhão melhor e mais justo”, discursou Adriano.

Emenda rejeitada

O líder do Governo, deputado Rafael Leitoa (PDT), declinou de uma emenda de sua autoria, que alterava o Artigo 5º do projeto de lei e retirava dos servidores o direito de receber os valores retroativos a 1º de dezembro de 2018, quando o reajuste deveria ter sido implementado.

Ele explicou que, devido às dúvidas suscitadas com relação à viabilidade financeira para cumprir o reajuste dos 2,94% com efeitos retroativos, o teor do PL 018/2019 foi encaminhado para a Secretaria de Estado do Planejamento e Orçamento (Seplan), para analisar a disponibilidade de recursos assegurados pelo TJMA para pagamento do reajuste com os devidos retroativos.

O deputado Rafael Leitoa disse que declinou de sua emenda ao projeto original do TJMA porque a Seplan fez análise técnica da viabilidade financeira do projeto para suprir o reajuste como originalmente proposto (com o pagamento integral dos retroativos).

Segundo o deputado Rafael Leitoa, chegaram à Seplan as informações de que o Governo do Estado tem capacidade financeira para suportar o reajuste com vigência a partir de dezembro de 2018. Como já estava na Ordem do Dia, a emenda de Rafael Leitoa, colocada em votação, foi rejeitada pelo plenário.

Durante a apreciação da matéria, também proferiram discursos, defendendo a aprovação do projeto os deputados Wellington do Curso (PSDB), Pará Figueiredo (PSL), Glalbert Cutrim (PDT), Neto Evangelista (DEM), Dr. Yglésio (PDT), Zé Inácio (PT), Duarte Jr (PCdoB) e Daniella Tema (DEM).

Aprovado reajuste de 2,94% aos salários dos servidores do Judiciário

A Assembleia Legislativa do Maranhão aprovou nesta terça-feira (17) o Projeto de Lei 018/2019, de iniciativa do Poder Judiciário, que concede reajuste de 2,94% aos salários dos servidores efetivos e comissionados, com efeito retroativo tendo como referência o mês de janeiro deste ano.

Com a aprovação do Projeto de Lei - que segue agora para sanção do governador Flávio Dino - o presidente do TJMA, desembargador Joaquim Figueiredo, cumpre mais um compromisso de gestão, com a implementação de uma política institucional voltada para a valorização profissional dos servidores.

O desembargador Joaquim Figueiredo acompanhou de perto a tramitação do projeto no Poder Legislativo, fazendo visitas institucionais ao presidente da Assembleia, deputado Othelino Neto, e pedindo agilidade aos parlamentares na votação da matéria.

“Considero justo garantir esse reajuste aos servidores da Justiça, que têm elevado o papel do Poder Judiciário do Maranhão na sua missão institucional, dando importante suporte nas demandas e garantindo um atendimento de qualidade à sociedade”, afirmou o presidente do TJMA. Do Tribunal de Justiça do Maranhão.

Assembleia Legislativa aprova reajuste salarial para os servidores do Poder Judiciário

por Aquiles Emir -17 de setembro de 2019

A Assembleia Legislativa do Maranhão aprovou, nesta terça-feira (17), o Projeto de Lei 018/2019, de iniciativa do Poder Judiciário, que concede reajuste de 2,94% aos salários dos servidores efetivos e comissionados, com efeito retroativo tendo como referência o mês de janeiro deste ano.

De iniciativa do Poder Judiciário, o Projeto de Lei Complementar 006/2019, altera a redação do Artigo 144-a da Lei Complementar 14, de 17 de dezembro de 1991, do Código de Divisão e Organização Judiciária do Maranhão.

A proposta tramitou nas Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania, onde recebeu parecer favorável do deputado Antônio Pereira (DEM) e na Comissão de Administração Pública, Seguridade Social e Relações do Trabalho, onde a relatora foi a deputada Mical Damasceno (PTB).

Com a aprovação do Projeto de Lei - que segue agora para sanção do governador Flávio Dino - o presidente do TJMA, desembargador Joaquim Figueiredo, cumpre mais um compromisso de gestão, com a implementação de uma política institucional voltada para a valorização profissional dos servidores.

O desembargador Joaquim Figueiredo acompanhou de perto a tramitação do projeto no Poder Legislativo, fazendo visitas institucionais ao presidente da Assembleia, deputado Othelino Neto, e pedindo agilidade aos parlamentares na votação da matéria.

Ele disse que o projeto que concede reajuste de 2,94% aos salários dos servidores é de grande importância para o Poder Judiciário, por beneficiar diretamente servidores da Justiça Estadual, que merecem ser valorizados pelo esforço e dedicação no desenvolvimento de suas atribuições profissionais.

“Considero justo garantir esse reajuste aos servidores da Justiça, que têm elevado o papel do Poder Judiciário do Maranhão na sua missão institucional, dando importante suporte nas demandas e garantindo um atendimento de qualidade à sociedade”, afirmou o presidente do TJMA.

Rafael Leitoa vota por aumento dos salários de servidores do TJMA

Na manhã desta terça-feira (17), o deputado Rafael Leitoa participou da sessão que aprovou o Projeto de Lei 018/2019, cujo texto reajusta os vencimentos dos servidores do Poder Judiciário do Maranhão em 2,94%. Aprovado por unanimidade, o aumento agora vai para sanção do governador.

Antes de votarem o PL 018/2019 no plenário da Assembleia Legislativa, uma emenda do deputado Rafael Leitoa, a 001/2019, foi rejeitada por unanimidade pelos deputados a pedido do próprio autor. Segundo o deputado Rafael, a emenda havia sido apresentada pela inconsistência das informações financeiras e impactos sobre o pagamento do retroativo, caso o aumento de 2,94% fosse aprovado. “A emenda foi necessária. A SEPLAN não teve a informação completa por parte do TJMA. Teríamos que ter a certeza dos recursos financeiros. Os recursos já estão em poder do TJMA. Então, peço rejeição da emenda para garantir o pagamento dos retroativos”, indicou Rafael Leitoa antes da votação.

A rejeição da emenda indicada pelo deputado Rafael Leitoa, foi elogiada por vários deputados, inclusive da oposição. Wellington do Curso, comentou da coerência do deputado Rafael em analisar e votar pela rejeição da emenda. “O deputado Rafael traz calma e estabilidade para os anseios dos servidores do Poder Judiciário. Estávamos temerosos com relação a essa sua emenda que retirava a retroatividade. Mas com muita prudência, com muita cautela, Vossa Excelência aguardou os levantamentos por parte da SEPLAN para que pudesse fazer o seu posicionamento e solicitasse à base do Governo a votação. Hoje o que eu quero fazer é um elogio de público ao Deputado Rafael Leitoa, pelo empenho, pelo trabalho, pela forma como ele conduziu essa tratativa e os benefícios para os servidores do Judiciário”, parabenizou o deputado Wellington.

Poder Judiciário aprova projeto de lei que garante reajuste de 2,94% aos salários de seus servidores

Segundo presidente do TJMA, o aumento é de grande importância por beneficiar diretamente servidores da Justiça Estadual que merecem ser valorizados pelo esforço e dedicação.

A Assembleia Legislativa do Maranhão aprovou, nesta terça-feira (17), o Projeto de Lei 018/2019, de iniciativa do Poder Judiciário, que concede reajuste de 2,94% aos salários dos servidores efetivos e comissionados, com efeito retroativo tendo como referência o mês de janeiro deste ano.

Com a aprovação, agora o Projeto de Lei segue para sanção do governador Flávio Dino.

Segundo o presidente do TJMA, desembargador Joaquim Figueiredo, o projeto que concede reajuste de 2,94% aos salários dos servidores é de grande importância para o Poder Judiciário, por beneficiar diretamente servidores da Justiça Estadual, que merecem ser valorizados pelo esforço e dedicação no desenvolvimento de suas atribuições profissionais.

“Considero justo garantir esse reajuste aos servidores da Justiça, que têm elevado o papel do Poder Judiciário do Maranhão na sua missão institucional, dando importante suporte nas demandas e garantindo um atendimento de qualidade à sociedade”, afirmou o presidente do TJMA.

TJMA inaugura novas instalações do 1º Centro de Solução de Conflitos de São Luís

publicado em 17/9/2019 Atualizado em 17/09/2019 - 07:25

Salvar TJMA inaugura novas instalações do 1º Centro de Solução de Conflitos de São Luís

O presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, desembargador Joaquim Figueiredo, inaugurou, nesta segunda-feira (16), as novas instalações do 1º Centro de Conciliação, instalado no piso térreo do Fórum de São Luís (Calhau). A unidade disponibiliza serviços jurídicos, de informação e orientação aos cidadãos, incentivando a solução de demandas - processuais e pré-processuais - por meio da conciliação e da mediação.

Na oportunidade, o presidente do TJMA, desembargador Joaquim Figueiredo, reafirmou o compromisso de gestão de priorizar os projetos voltados para a sociedade, dentre eles, os implementados pelo Núcleo de Solução de Conflitos.

“Levar a justiça mais próxima do cidadão é um dos compromissos prioritários assumidos em nossa gestão. Afinal, aquele que nos paga é quem tem que nos cobrar. Hoje, vejo esse sonho se concretizando com o apoio de toda a Mesa Diretora do Tribunal, dos desembargadores, coordenadores, servidores, dos parceiros da Justiça”, pontuou.

Prestigiaram a solenidade o corregedor-geral da Justiça, desembargador Marcelo Carvalho Silva; o vice-presidente do TJMA, desembargador Lourival Serejo; a diretora do Fórum, juíza Diva Maria de Barros Mendes; e o promotor de Justiça Paulo Pereira dos Santos (Promotoria do Consumidor), representando o procurador-geral de Justiça, Luiz Gonzaga Martins.

ESTRUTURA

Com as novas instalações, o Centro de Solução de Conflitos vai oferecer mais conforto e comodidade à sociedade. Além de sete amplas salas de conciliação, banheiros (adaptados para pessoas com deficiência), copa e recepção, o órgão recebeu investimentos na área de tecnologia, possibilitando a solução de conflitos com o auxílio de serviços de videoconferência, hotline e plataforma digital, além de outros serviços agregados (Expressinho da Cemar, Conciliação do Procon e Defensoria do Consumidor).

O presidente do Núcleo, desembargador José Luiz Almeida, ressaltou que a inauguração das novas instalações representa um marco histórico na Justiça do Maranhão, ao oferecer ambientes e serviços mais dignos à população. “Hoje, prestamos um tributo ao cidadão maranhense, ao consumidor de nossos serviços, que merece receber tratamento e ambiente digno, em nossas instalações. Hoje também é dia de agradecer o apoio incondicional oferecido pela atual gestão do Tribunal, que tem priorizado os projetos sociais da Justiça, inclusive a conciliação”, frisou.

O coordenador do Núcleo de Solução de Conflitos, juiz Alexandre Abreu, enfatizou a importância da nova

estrutura oferecida aos cidadãos, inclusive como experiência modelo, agradecendo o apoio de todos os parceiros do órgão, empresas e instituições. “Estamos inaugurando um espaço-modelo para os centros de conciliação do Maranhão e de todo o Brasil, tanto pela estrutura disponibilizada quanto pela diversidade de serviços à população. O Judiciário está dando mais um passo em direção à cidadania”, pontuou o magistrado.

DADOS

Durante o evento, o desembargador José Luiz Almeida divulgou dados referentes ao trabalho promovido pela equipe do 1º Cejusc. Só neste ano, já foram realizadas cerca de duas mil audiências, das quais 900 resultaram em acordo. Segundo ele, os dados evidenciam a importância e o alcance social da conciliação, que tem recebido cada vez mais o apoio de parceiros e da população.

PARCERIA

Diversos representantes de órgãos parceiros da Justiça compareceram à solenidade de inauguração do novo espaço do Centro de Solução de Conflitos. O defensor público-geral, Alberto Bastos, parabenizou o Judiciário pelas novas instalações do Cejusc e enfatizou a importância do trabalho conjunto realizado em benefício da população.

“É mais uma conquista do Tribunal de Justiça, que está oferecendo melhores condições à população. Acreditamos ser esse o melhor caminho, que permite o acesso das pessoas aos seus direitos, de forma ágil. A Defensoria tem o Tribunal como grande parceiro e quem ganha com tudo isso é o cidadão”, enfatizou.

COOPERAÇÃO

Durante o evento, foi assinado termo de cooperação técnica entre o Poder Judiciário do Maranhão e a Cemar, por meio do programa “Empresa Amiga da Justiça” – que incentiva ações conjuntas voltadas para a conciliação.

No ato de assinatura, o presidente da Companhia Energética do Maranhão (Grupo Equatorial Energia), Augusto Dantas, reafirmou a relevância da parceria firmada em prol dos cidadãos. “Nosso grupo está presente em quatro estados: Pará, Maranhão, Piauí e Alagoas. E o Maranhão, novamente, sai na frente na tentativa de solucionar de forma mais célere as questões dos clientes, por meio de importantes parcerias”, ressaltou.

AUTORIDADES

Prestigiaram também a solenidade o assessor jurídico da Cemar, Davi Abdalla Pires Leal; o presidente da Câmara de Mediação e Arbitragem Empresarial do Maranhão (CBMAE-MA), Ivaldo Prado; o membro da Comissão de Direitos da OAB/MA, Rosinaldo Mendes; a presidente do Procon/MA, Adaltina Queiroga; além de juízes, servidores do Centro de Conciliação, servidores da Justiça e cidadãos presentes.

Com informações do TJMA.

Foto: Ribamar Pinheiro/TJMA.

MA: aprovado reajuste de 2,94% nos salários dos servidores do Judiciário

publicado em 17/9/2019 Atualizado em 17/09/2019 - 13:50

A Assembleia Legislativa do Maranhão aprovou, nesta terça-feira (17), o Projeto de Lei 018/2019, de iniciativa do Poder Judiciário, que concede reajuste de 2,94% aos salários dos servidores efetivos e comissionados, com efeito retroativo tendo como referência o mês de janeiro deste ano.

Com a aprovação do Projeto de Lei - que segue agora para sanção do governador Flávio Dino - o presidente do TJMA, desembargador Joaquim Figueiredo, cumpre mais um compromisso de gestão, com a implementação de uma política institucional voltada para a valorização profissional dos servidores.

O desembargador Joaquim Figueiredo acompanhou de perto a tramitação do projeto no Poder Legislativo, fazendo visitas institucionais ao presidente da Assembleia, deputado Othelino Neto, e pedindo agilidade aos parlamentares na votação da matéria.

Ele disse que o projeto que concede reajuste de 2,94% aos salários dos servidores é de grande importância para o Poder Judiciário, por beneficiar diretamente servidores da Justiça Estadual, que merecem ser valorizados pelo esforço e dedicação no desenvolvimento de suas atribuições profissionais.

“Considero justo garantir esse reajuste aos servidores da Justiça, que têm elevado o papel do Poder Judiciário do Maranhão na sua missão institucional, dando importante suporte nas demandas e garantindo um atendimento de qualidade à sociedade”, afirmou o presidente do TJMA.

Com informações TJMA

Assembleia aprova reajuste de 2,94% nos salários de servidores do Poder Judiciário

A Assembleia Legislativa do Maranhão (Alema) aprovou nesta terça-feira (17) o projeto de Lei 018/2019 que concede reajuste de 2,94% nos salários de servidores efetivos e comissionados do Poder Judiciário do estado.

O projeto segue para sanção do governador do Maranhão, Flávio Dino (PCdoB). Segundo o projeto, o reajuste dos servidores tem como efeito retroativo como referência o mês de janeiro deste ano.

De acordo com o desembargador Joaquim Figueiredo, presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) a aprovação do projeto contribui para a valorização dos servidores da Justiça do Estado que se dedicam no desenvolvimento de suas atividades profissionais.

“Considero justo garantir esse reajuste aos servidores da Justiça, que têm elevado o papel do Poder Judiciário do Maranhão na sua missão institucional, dando importante suporte nas demandas e garantindo um atendimento de qualidade à sociedade”, afirmou o presidente do TJMA.